



Diretrizes de Higiene e Biossegurança



Boas práticas para
creches caninas
seguras e profissionais



Diretrizes de Higiene e Biossegurança

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRECHES CANINAS
EDIÇÃO 2026



Introdução	5
1. Protocolo Antiparasitário	6
1.1 Protocolo para Filhotes (Até 6 meses)	6
1.2 Protocolo para Adultos (Ambiente de Alto Risco)	6
1.3 Gestão da Creche (Biossegurança)	7
1.4 Manejo Ambiental	8
2. Controle de Infestações	9
2.1 Puliciose (Infestação por pulgas)	9
2.2 Sarnas (Escabiose e Demodicose)	10
2.3 Pediculose (Infestação por piolhos)	10
2.4 Carrapatos	11
2.5 Dedetização e Desratização	11
3. Limpeza e Desinfecção	12
3.1 Check-list de limpeza focado em superfícies úmidas e locais críticos	12
3.2 Observações importantes:	13
3.3 Orientações sobre EPIs	13
3.4 Exemplo de POP– Limpeza e Desinfecção	14
3.5 Treinamento anual em biossegurança para toda equipe	14
3.6 Limpeza de Tecidos Utilizados para os Cães	15
4. Conformidade Legal e Trabalhista	17
4.1 Laudos Técnicos e Insalubridade	18
4.2 Responsabilidades do Empresário	18
4.3 Papel do Responsável Técnico (RT)	18
5. Vacinação	19
Introdução	19
5.1 Conferência da Carteira de Vacinação	19
5.2 Giárdia em ambientes coletivos	20
6. Política de Isolamento em Casos Suspeitos	20
6.1 Espaço exclusivo e individual	21
6.2 Comunicação rápida com responsável e registro interno	21
6.3 Contato com o Responsável Técnico (RT)	22
7.0 Sistemas de gestão	22
7.1 Do esforço de lembrar ao poder de acompanhar	23
7.2 O que um sistema mantém sob controle	23
7.3 O que a literatura de gestão mostra	24
7.4 Checklist: o que procurar em um sistema de gestão	24
Referências	25

Autoria

A criação e idealização das diretrizes para creches caninas é uma ação da atual diretoria da ABCC, visa visando a orientação e profissionalização técnica do segmento.

Esta diretriz, intitulada higiene e biosegurança, foi elaborada pela médica veterinária por Ana Carolina Arisa Pereira, Médica Veterinária, pós graduada em Medicina Veterinária do Coletivo, ativa sob o CMRVSP 34597, Diretora Técnica da Associação Brasileira de Creches Caninas exercício 2026-2028, com co-autoria e participação de profissionais indicados neste documento, com base em referências nacionais e internacionais de biossegurança, saúde animal e gestão administrativa junto à experiência prática e profissional.

Edição

Fernanda Velludo, Projeto Gráfico e Diagramação. Presidente da Associação Brasileira de Creches Caninas exercício 2026-2028

Patrocínio

A produção deste guia contou com o patrocínio institucional de:

Aucademy – reconhecida como parceira na promoção da segurança e qualidade em sistemas para creches caninas.

Visão Geral

Este módulo reúne orientações técnicas e práticas voltadas para a higiene e biossegurança em creches caninas, estabelecendo protocolos mínimos que garantem ambientes saudáveis e seguros para os cães, profissionais e comunidades adjacentes, trabalhando um conceito de Saúde Única.

Este módulo constitui a primeira publicação oficial das Diretrizes para Creches Caninas, servindo como referência nacional para padronizar procedimentos de higiene e biossegurança no setor.

Introdução

A higiene e o manejo sanitário em creches caninas constituem pilares fundamentais da medicina veterinária preventiva e da biossegurança aplicada a ambientes de convivência animal. A concentração de cães em espaços coletivos favorece a disseminação de agentes patogênicos, incluindo vírus, bactérias, protozoários e ectoparasitas, exigindo protocolos sistematizados de limpeza, desinfecção e controle ambiental.

Estudos em saúde pública demonstram que medidas integradas — como vacinação, desparasitação periódica, controle de pragas e higienização ambiental com produtos validados — reduzem significativamente a incidência de doenças gastrointestinais, respiratórias e dermatológicas em populações caninas. Além disso, a adoção de práticas padronizadas de biossegurança contribui para a proteção dos trabalhadores e da população adjacente, a sustentabilidade dos processos e a credibilidade dos serviços oferecidos, levando também à segurança contra zoonoses e entrando em um conceito de saúde única.

Este módulo apresenta diretrizes técnicas fundamentadas em recomendações de organismos internacionais e nacionais de referência, como a World Health Organization (WHO), a World Small Animal Veterinary Association (WSAVA) e manuais de biossegurança publicados por instituições acadêmicas e órgãos de saúde pública como o CFMV. O enfoque é multidimensional, abrangendo prevenção, monitoramento e resposta rápida a riscos biológicos, com vistas à manutenção da saúde coletiva e ao bem-estar animal em creches caninas.



1. Protocolo Antiparasitário

O protocolo antiparasitário para cães em 2025 enfatiza a individualização do tratamento com base no estilo de vida e risco de exposição do animal, sempre sob orientação de um médico-veterinário. As diretrizes atuais (2025-2026), incluindo as da WSAVA (World Small Animal Veterinary Association), afastam-se de cronogramas fixos e generalizados para cães adultos, promovendo o uso individualizado de medicamentos.

Para cães que vivem em ambientes coletivos (como abrigos, canis ou hotéis), os protocolos para 2026 seguem diretrizes científicas atualizadas pela ESCCAP (2025) e CAPC (2025), que classificam esses locais como de alto risco. O foco principal é a quebra do ciclo parasitário e a prevenção de zoonoses em cenários de alta densidade populacional.

1.1 Protocolo para Filhotes (Até 6 meses)

Em ambientes coletivos, a alta carga parasitária exige intervenções frequentes:

Controle de Endoparasitas:

Os protocolos atuais (2026) recomendam iniciar a vermifugação de filhotes em ambientes de alto risco, como creches, já aos 15 dias de vida, com reforços quinzenais até completar 2 meses, e depois em intervalos mensais até os 6 meses. Em locais de alta exposição, como creches, a vermifugação deve ser acompanhada de exames coproparasitológicos regulares (trimestrais) para ajustar o protocolo. Todo esse esquema deve ser acompanhado de controle ambiental rígido, seguindo as diretrizes deste documento.

Ectoparasitas:

O tratamento contínuo contra pulgas e carrapatos deve começar assim que os filhotes atingirem o peso/idade mínima indicada nos produtos, como algumas isoxazolininas a partir de 8 semanas de idade.

Frequência de Exames:

Em relação ao controle em creches caninas recomenda-se que os filhotes sejam testados pelo menos 4 vezes no primeiro ano de vida devido à maior suscetibilidade de infecção. A metodologia segue a mesma indicada abaixo para adultos.

1.2 Protocolo para Adultos (Ambiente de Alto Risco)

Cães adultos em ambiente de creche canina estão constantemente expostos a agentes parasitários devido à convivência coletiva, ao compartilhamento de espaços e ao contato frequente com superfícies potencialmente contaminadas. A transmissão pode ocorrer pelo contato com solo, fezes, água, objetos contaminados e também por vetores, favorecendo ciclos contínuos de infecção e reinfecção mesmo em animais clinicamente saudáveis.

Além do risco individual, a dinâmica coletiva desses ambientes aumenta a circulação de parasitas gastrointestinais, ectoparasitas e agentes oportunistas, tornando o controle parasitário uma medida essencial para manutenção da saúde, bem-estar e biossegurança do grupo. Dessa forma, protocolos preventivos adequados, associados à higienização ambiental, monitoramento sanitário e controle regular dos animais, são fundamentais para reduzir a carga parasitária e minimizar impactos clínicos e epidemiológicos dentro da creche.

Controle de Endoparasitas:

Para creches caninas em 2026, a estratégia científica mais robusta para o controle de parasitoses foca na vigilância ativa e na prevenção personalizada, indo além da simples vermifugação. De acordo com as diretrizes de conselhos como o CAPC (Companion Animal Parasite Council) e protocolos laboratoriais modernos, a melhor estratégia é:

Frequência de Exames:

Cães Adultos em Creche: Recomendado realizar o controle a cada 6 meses (semestral). Devido ao alto risco de exposição em ambientes de coletividade, alguns protocolos sugerem intervalos de 3 a 4 meses para cães de alto tráfego.

Metodologia Recomendada:

Coproparasitológico Estadiado (Seriado): Coleta de amostras em 3 dias (consecutivos ou alternados). Isso aumenta drasticamente a chance de detecção, já que muitos parasitas (como *Giardia* e *Trichuris*) têm liberação intermitente de cistos ou ovos.

Técnica de ELISA (Pesquisa de Antígenos): É a estratégia de eleição em 2026 para complementar a microscopia. O teste de antígenos detecta proteínas produzidas pelos parasitas mesmo quando eles não estão liberando ovos, reduzindo falsos negativos para *Giardia*, *Ancylostoma* e *Toxocara*.

Protocolo de Coleta e Armazenamento:

Local de Coleta: Não coletar amostras do chão da creche para evitar contaminação, trocas ou mal armazenamento da amostra. O responsável deve coletar em casa, imediatamente após a defecação, utilizando a parte superior das fezes que não tocam o solo para evitar contaminação por larvas de vida livre ou outros animais.

Armazenamento: As amostras devem ser mantidas em frascos coletores limpos (com ou sem conservante tipo MIF) e refrigeradas se o envio ao laboratório demorar mais de 1 hora.

1.3 Gestão da Creche (Biossegurança)

É extremamente importante manter a adequada higienização do ambiente e itens dos animais para auxiliar no controle da transmissão e infecção cruzada. Sabe-se que em infestações como a pulicose a maior parte da carga parasitária encontra-se em solo.

Isolamento:

Cães com resultados positivos e sintomas gastrointestinais devem ser suspensos das atividades coletivas até a confirmação de cura (reteste 2 a 3 semanas após o tratamento).

Limpeza:

Uso de produtos recomendados neste Guia para desinfecção de áreas comuns, especialmente contra cistos de *Giardia* por se tratar de zoonose.

Exigência Documental:

A creche deve exigir um Certificado de Vermifugação e Exame de Fezes Negativo atualizado além de registro da carteirinha de vacinação atualizada como critério de permanência.

Controle de Vetores (Ectoparasitas):

A prevenção contra ectoparasitas é crucial, especialmente para doenças transmitidas por vetores como a Leishmaniose, que tem alto impacto em ambientes coletivos podendo ser utilizados produtos repelentes ou com ação de contato nas categorias colar, spray, top spot ou oral. O produto utilizado poderá ser escolhido pelo responsável pelo animal junto com o médico veterinário. A creche deve lembrar periodicamente, orientar o responsável quanto à frequência de utilização, modo de administração e tempo de absorção de cada produto de acordo com a bula.



Sincronização:

É recomendado tratar todos os animais simultaneamente para minimizar a contaminação cruzada.

1.4 Manejo Ambiental

Limpeza e Desinfecção:

O uso de desinfetantes como Cloreto de Benzalcônio ou Hipoclorito de Sódio pode ser eficaz contra formas ambientais de parasitas, como *Ancylostoma* spp., comum em ambientes coletivos.

Remoção de Fezes:

A remoção imediata de fezes é essencial para prevenir a maturação de ovos e larvas no ambiente. O descarte correto dos resíduos deve ser feito de acordo com as regras regionais de cada prefeitura. É necessário pesquisar sobre essa regra na sua região.

Controle de Pragas:

A redução da população de roedores e insetos ajuda a diminuir a transmissão de cestódeos e doenças transmitidas por vetores. Este tema será abordado a seguir.

Infestações:

Devem ser tratadas com atenção e seguir protocolos rigorosos de eliminação. Recomenda-se a contratação de empresas especializadas em dedetização, desratização e descupinização dos ambientes da creche. Atenção para os produtos utilizados serem compatíveis com a segurança dos cães e mantê-los afastados do local pelo tempo recomendado pelo fabricante do produto



2. Controle de Infestações

O controle de infestações em ambientes de convivência animal, como creches caninas, é uma medida essencial de biossegurança e saúde coletiva. A presença de ectoparasitas e pragas urbanas representa risco direto à saúde dos animais e dos profissionais envolvidos, podendo causar zoonoses, dermatopatias e surtos infecciosos.

A adoção de protocolos sistematizados de inspeção, tratamento e dedetização, aliados à higiene ambiental rigorosa e ao uso de produtos regulamentados, permite reduzir significativamente a carga parasitária e prevenir reinfestações. O controle deve ser contínuo, integrado e adaptado à realidade epidemiológica do local, respeitando os ciclos de vida das pragas e os períodos ideais de intervenção.

2.1 Pulciose (Infestação por pulgas)

Ciclo de vida: As pulgas (*Ctenocephalides felis*, *C. canis*) apresentam metamorfose completa: ovo → larva → pupa → adulto. O ciclo dura de 2 semanas a vários meses, dependendo da temperatura e umidade. Apenas 5% da população está no animal; 95% encontra-se no ambiente (ovos, larvas e pupas).

Impacto sanitário: Além da espoliação sanguínea, podem transmitir *Dipylidium caninum* e causar dermatite alérgica à picada de pulga (DAPP).

Métodos de combate:

- Animais: uso de ectoparasiticidas tópicos (fipronil, imidacloprida, selamectina) ou orais (spinosad, fluralaner, afoxolaner).
- Ambiente: aspiração diária de áreas de repouso, lavagem de camas e brinquedos, aplicação de reguladores de crescimento de insetos (IGRs, como piroproxifeno).
- Periodicidade: inspeção semanal dos animais; dedetização ambiental a cada 3–4 meses ou conforme infestação.

2.2 Sarnas (Escabiose e Demodicose)

Ciclo de vida:

Sarcoptes scabiei var. *canis* (escabiose): ciclo direto no hospedeiro, com fases ovo → larva → ninfa → adulto, duração de 2–3 semanas.

Demodex canis (demodicose): ciclo também direto, restrito aos folículos pilosos e glândulas sebáceas, duração de 3–4 semanas.

Impacto sanitário: Escabiose é altamente contagiosa, causando prurido intenso e lesões cutâneas, se trata de uma zoonose. Demodicose está associada à imunossupressão e não é contagiosa.

Métodos de combate:

- Animais: tratamento com acaricidas tópicos (selamectina, moxidectina) ou sistêmicos (ivermectina, milbemicina).
- Ambiente: desinfecção rigorosa de áreas de contato, isolamento imediato de animais suspeitos.
- Periodicidade: inspeção clínica semanal; desinfecção diária de baias e utensílios.

2.3 Pediculose (Infestação por piolhos)

Ciclo de vida: *Trichodectes canis* apresenta metamorfose incompleta: ovo (lêndeia) → ninfa → adulto. O ciclo ocorre exclusivamente sobre o hospedeiro, com duração média de 3–4 semanas.

Impacto sanitário: Pode transmitir *Dipylidium caninum* e causar prurido, alopecia localizada e irritação cutânea.

Métodos de combate:

- Animais: uso de ectoparasiticidas tópicos (fipronil, selamectina) ou orais (isoxazolinas).

- Ambiente: lavagem de camas e brinquedos em água quente, desinfecção de áreas de repouso.
- Periodicidade: inspeção quinzenal; higienização semanal de utensílios.

2.4 Carrapatos

Ciclo de vida: Ixodídeos como *Rhipicephalus sanguineus* e *Amblyomma* spp. apresentam ciclo ovo → larva → ninfa → adulto. São parasitas de múltiplos hospedeiros, podendo sobreviver meses no ambiente sem se alimentar.

Impacto sanitário: Vetores de erliquiose, babesiose e outras hemoparasitoses.

Métodos de combate:

- Animais: uso de acaricidas tópicos (amitraz, fipronil) ou orais (fluralaner, afoxolaner, sarolaner).
- Ambiente: dedetização periódica com produtos registrados no MAPA (ex.: piretróides, fipronil ambiental).
- Periodicidade: inspeção diária dos animais; dedetização a cada 2–3 meses em áreas externas.

2.5 Dedetização e Desratização

Roedores: *Rattus norvegicus*, *Mus musculus* e *Rattus rattus* apresentam alta taxa reprodutiva, com maturidade sexual precoce (5–8 semanas).

Insetos urbanos: baratas (*Blattella germanica*) e moscas (*Musca domestica*) possuem ciclos curtos (semanas), favorecendo infestações persistentes.

Impacto sanitário: Vetores mecânicos de patógenos, contaminam alimentos e ambientes.

Métodos de combate:

- Dedetização: aplicação trimestral de inseticidas registrados no MAPA (piretróides, reguladores de crescimento).
- Desratização: uso de rodenticidas em caixas de isca seguras, armadilhas mecânicas e controle ambiental (remoção de resíduos e ração exposta).
- Periodicidade: inspeção mensal; dedetização/desratização trimestral ou conforme necessidade.



3. Limpeza e Desinfecção

A padronização da rotina de limpeza em creches caninas é um componente essencial da biossegurança aplicada a ambientes de convivência animal. Superfícies úmidas e locais críticos, como baias ou local de descanso, áreas de alimentação e brinquedos, funcionam como reservatórios potenciais de microrganismos patogênicos, incluindo bactérias, vírus e fungos. A eficácia da higienização depende da escolha de produtos regulamentados e inspecionados por órgãos competentes (MAPA e ANVISA), da correta diluição, do tempo de contato e do uso seguro dos compostos químicos, evitando misturas perigosas que possam gerar subprodutos tóxicos.

A adoção de Protocolos Operacionais Padrão (POPs) de limpeza e desinfecção permite uniformizar procedimentos, reduzir falhas humanas e garantir rastreabilidade das ações realizadas. O uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) é indispensável para proteger os trabalhadores contra riscos químicos e biológicos, integrando a biossegurança ocupacional ao manejo sanitário.

Uma estratégia para evitar contaminação cruzada entre ambientes é manter os materiais de limpeza exclusivos para cada área da creche, podendo ser identificados por cores de área.

Além disso, de acordo com algumas convenções coletivas de trabalho, o empregador responsável pela creche canina deverá emitir laudos técnicos de insalubridade (LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho) ou, na ausência destes, pagar adicional de insalubridade proporcional ao nível de risco identificado no ambiente. Essa exigência reforça a importância da avaliação periódica das condições sanitárias e da conformidade legal na gestão da creche.

Complementarmente, o treinamento anual em biossegurança para toda a equipe, preferencialmente conduzido sob supervisão do Responsável Técnico (RT), é fundamental para consolidar práticas seguras, atualizar protocolos e promover cultura organizacional voltada à prevenção de riscos. Dessa forma, a rotina de limpeza padronizada e o treinamento contínuo constituem um sistema integrado de defesa contra agentes infecciosos, garantindo saúde coletiva, bem-estar animal e segurança ocupacional.

3.1 Check-list de limpeza focado em superfícies úmidas e locais críticos

Superfícies críticas: pisos, paredes próximas a áreas de alimentação, baias, bebedouros, brinquedos e utensílios.

Produtos e eficácia:

- Detergente neutro: remoção de sujidades orgânicas.
- Hipoclorito de sódio (0,1–0,5%): eficaz contra bactérias, vírus e fungos; tempo de contato mínimo de 10 minutos.
- Peróxido de hidrogênio (0,5–1%): ação rápida contra vírus e bactérias; tempo de contato de 5 minutos.
- Quaternário de amônio (0,2–0,5%): indicado para superfícies não porosas; tempo de contato de 10 minutos.

Perigos de mistura: nunca misturar hipoclorito com amônia ou ácidos (risco de gases tóxicos).

Higienização de itens: brinquedos plásticos devem ser lavados com detergente e desinfetados semanalmente, é extremamente importante enxaguar bem os brinquedos e secá-los; camas e mantas lavadas em água quente (>60 °C) e desinfetadas.

Erros comuns: diluição incorreta, tempo de contato insuficiente, uso de panos contaminados, ausência de enxágue em superfícies de contato direto com animais.

3.2 Observações importantes:

- Aquisição: todos os produtos devem ser regulamentados e inspecionados pelos órgãos competentes, como o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e a ANVISA, garantindo eficácia comprovada e segurança para uso em ambientes veterinários.
- Diluições e tempos de contato:
 - Hipoclorito de sódio: 0,1–0,5% (10–50 mL de solução comercial a 2,5% em 1 L de água); tempo mínimo de contato: 10 min.
 - Peróxido de hidrogênio: 0,5–1% (5–10 mL de solução a 10% em 1 L de água); tempo mínimo de contato: 5 min.
 - Quaternário de amônio: 0,2–0,5% conforme fabricante; tempo mínimo de contato: 10 min.
 - Detergente neutro: uso direto; enxágue completo após aplicação.
- Misturas perigosas: nunca misturar hipoclorito com amônia ou ácidos (risco de gases tóxicos).
- Data de Validade: Sempre respeitar a data de validade dos produtos
- Manter produtos armazenados em local seco, fechado e longe dos animais.

3.3 Orientações sobre EPIs

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) obrigatórios durante limpeza e desinfecção:

- Luvas de borracha nitrílica ou látex: proteção contra agentes químicos e biológicos.
- Botas impermeáveis: prevenção de contato com resíduos e líquidos contaminados.
- Avental impermeável ou jaleco de manga longa: proteção corporal contra respingos.
- Máscara facial (PFF2 ou cirúrgica): proteção contra aerossóis e vapores químicos.
- Óculos de proteção: em atividades com risco de respingos químicos.

Orientação: EPIs devem ser higienizados após o uso e substituídos periodicamente conforme desgaste.

3.4 Exemplo de POP– Limpeza e Desinfecção (Procedimento Operacional Padrão)

Objetivo:

garantir a higienização adequada de superfícies críticas em creches caninas.

Materiais:

botas emborrachadas, luvas, máscara descartável, vassoura, balde, pá, lavadora de alta pressão, mangueira, extensão elétrica, desinfetante diluído, detergente, rodo, panos.

Passo a passo:

1. Preparação: vestir EPIs completos; preparar solução desinfetante conforme diluição recomendada.
2. Varrer e/ou aspirar toda matéria orgânica
3. Remoção de sujidades: aplicar detergente neutro em superfícies úmidas (pisos, baias, bebedouros); enxaguar com água limpa.
4. Desinfecção: aplicar desinfetante (hipoclorito, peróxido ou quaternário de amônio) na diluição correta; manter tempo de contato mínimo indicado.
5. Enxágue: em superfícies de contato direto com animais (comedouros, bebedouros, brinquedos), enxaguar após desinfecção para evitar resíduos químicos.
6. Secagem: permitir secagem natural ou utilizar panos limpos e exclusivos para cada setor.
7. Registro: preencher checklist diário com data, hora, produto utilizado e responsável pela execução.
8. Lavar materiais utilizados e armazenar após secagem.

Frequência:

- Diária: pisos, baias, utensílios de alimentação.
- Semanal: brinquedos, camas, mantas.
- Mensal: dedetização preventiva em áreas externas.

Assinatura do Responsável e colaboradores, data e número de edição

3.5 Treinamento anual em biossegurança para toda equipe

Objetivos:

- Atualizar protocolos de limpeza e desinfecção.
- Reforçar práticas seguras no manuseio de produtos químicos.
- Garantir uso correto de EPIs e prevenção de acidentes.
- Treinar identificação precoce de riscos biológicos e sinais de infestação.

Presença do RT (Responsável Técnico):

- Recomenda-se que o treinamento seja conduzido ou supervisionado pelo

Responsável Técnico (RT) da creche canina, assegurando conformidade com normas legais e científicas.

- O RT deve validar os conteúdos, acompanhar práticas e registrar a capacitação em ata.

Periodicidade:

- Treinamento completo anual.
- Reciclagem semestral em tópicos críticos.

Registro: lista de presença, avaliação prática e arquivamento em pasta de biossegurança.

3.6 Limpeza de Tecidos Utilizados para os Cães

Tecidos utilizados em creches caninas, como camas, mantas, cobertores, toa-lhas, capas, almofadas, panos reutilizáveis e roupas de uso dos animais, devem fazer parte do protocolo de higiene e biossegurança do estabelecimento.

Por serem materiais porosos e permanecerem em contato direto com os cães, podem acumular pelos, saliva, urina, fezes, secreções, resíduos orgânicos e umidade. Dessa forma, quando compartilhados entre animais ou reutilizados sem higienização adequada, podem atuar como fômites e contribuir para a disseminação de agentes infecciosos e parasitários.

Sempre que possível, recomenda-se que os tecidos sejam laváveis, resistentes aos processos frequentes de higienização e de secagem rápida. Materiais muito espessos, de difícil lavagem, com enchimentos que permanecem úmidos ou que não possam ser completamente higienizados devem ser evitados em ambientes coletivos. Antes da lavagem, deve-se realizar a remoção de pelos e resíduos sólidos, evitando sacudir tecidos contaminados dentro dos ambientes de permanência dos animais. Materiais com fezes, vômito, urina ou outras secreções devem ser retirados imediatamente de uso e encaminhados para higienização.

A lavagem deve utilizar água e detergente apropriado para tecidos, seguindo as orientações do fabricante quanto à quantidade de produto, temperatura e ciclo de lavagem. Sempre que o material permitir, ciclos com temperaturas mais elevadas podem contribuir para a redução da carga microbiana. Quando houver necessidade de desinfecção química, o produto utilizado deve ser adequado para tecidos, possuir indicação para a finalidade pretendida e ser utilizado na concentração e pelo tempo de contato recomendados pelo fabricante.

É importante ressaltar que não basta aplicar desinfetante sobre tecidos visivelmente sujos. A presença de matéria orgânica pode comprometer a eficácia de diversos desinfetantes. A limpeza e a lavagem adequadas são etapas fundamentais do processo.

Após a lavagem, os materiais devem passar por secagem completa antes de retornarem ao uso. Tecidos úmidos ou armazenados antes da secagem completa favorecem a proliferação de microrganismos e o desenvolvimento de odores. Os materiais limpos devem ser armazenados em local seco, protegido e separado daqueles

que aguardam lavagem.

Frequência recomendada

A frequência deve considerar o tipo de material, intensidade de utilização, quantidade de cães e possibilidade de contaminação. Como orientação prática para creches caninas, pode-se estabelecer:

- **Toalhas:** após cada uso ou animal, especialmente quando utilizadas para secagem, higiene ou limpeza de secreções;
- **Mantas e cobertores de uso coletivo:** preferencialmente diariamente quando utilizados por diferentes cães ou sempre que apresentarem sujidade, umidade ou contaminação;
- **Camas e capas laváveis:** estabelecer rotina periódica de lavagem, preferencialmente ao menos semanal, aumentando a frequência conforme o número de cães e intensidade de uso; capas removíveis facilitam esse processo;
- **Tecidos de uso individual:** lavar entre diferentes períodos de hospedagem ou sempre que estiverem sujos, úmidos ou contaminados;
- **Materiais contaminados por urina, fezes, vômito, sangue ou secreções:** retirar de circulação e higienizar imediatamente;
- **Durante suspeita ou ocorrência de doença infectocontagiosa:** aumentar a frequência de higienização e evitar o compartilhamento de tecidos entre animais ou grupos.

A frequência estabelecida pelo estabelecimento deve constar nos **Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs)** e pode ser ajustada conforme a avaliação de risco sanitário.

Lavanderia dentro da própria creche

A higienização pode ser realizada no próprio estabelecimento, desde que exista um fluxo que reduza o risco de **contaminação cruzada entre materiais sujos e materiais já higienizados**.

É recomendável estabelecer um fluxo semelhante a:

recolhimento → armazenamento temporário dos tecidos sujos → remoção de resíduos → lavagem → desinfecção, quando indicada → secagem completa → armazenamento limpo → retorno ao uso.

Cestos ou recipientes destinados aos tecidos sujos devem ser identificados e diferentes daqueles utilizados para materiais limpos. A área de armazenamento de tecidos limpos deve permanecer protegida de respingos, sujidades, animais e materiais contaminados.

A própria **máquina de lavar, secadora, tanques, cestos e superfícies da lavanderia** também devem estar incluídos no programa de limpeza do estabelecimento.

Utilização de lavanderia terceirizada

A creche também pode optar pela **terceirização da lavagem e higienização dos tecidos**, especialmente quando o volume de materiais é elevado ou quando sua estrutura física não permite estabelecer adequadamente a separação entre materiais sujos e limpos.

Nesse caso, é recomendável selecionar uma empresa que consiga demonstrar que seus processos são compatíveis com as necessidades sanitárias de estabelecimentos que trabalham com animais.

A creche deve conhecer, minimamente, como são realizados a **coleta, transporte, lavagem, desinfecção quando necessária, secagem e acondicionamento dos materiais limpos**. Também é importante verificar como a empresa evita a contaminação cruzada entre materiais recebidos e materiais já higienizados.

Os tecidos sujos devem permanecer acondicionados de forma adequada até a coleta, enquanto os materiais devolvidos higienizados devem chegar **limpos, completamente secos e protegidos de nova contaminação durante o transporte**.

Quando possível, contratos, comprovantes de serviço e informações sobre os procedimentos utilizados pela empresa terceirizada devem ser mantidos nos registros de biossegurança da creche.

4. Conformidade Legal e Trabalhista

A gestão de creches caninas envolve não apenas protocolos sanitários e de biossegurança, mas também a observância de normas trabalhistas e legais que asseguram condições adequadas de trabalho para os colaboradores. Ambientes destinados ao manejo coletivo de animais podem expor trabalhadores a agentes biológicos (bactérias, vírus, fungos, parasitas), químicos (desinfetantes, detergentes, inseticidas) e físicos (ruído, umidade), configurando situações de risco ocupacional.

De acordo com a legislação brasileira, a caracterização e a quantificação desses riscos devem ser formalizadas por meio do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), documento elaborado por engenheiro de segurança ou médico do trabalho. O LTCAT é utilizado para identificar agentes nocivos e subsidiar a concessão de adicionais de insalubridade ou periculosidade, conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em algumas convenções coletivas, a ausência de laudos técnicos obriga o empregador a pagar adicional de insalubridade proporcional ao grau de risco (mínimo, médio ou máximo) atribuído ao ambiente de trabalho. Dessa forma, a emissão e manutenção atualizada do LTCAT não apenas garantem conformidade legal, mas também permitem a adoção de medidas preventivas para reduzir ou eliminar riscos, promovendo segurança ocupacional e sustentabilidade da atividade.

A presença do Responsável Técnico (RT) é recomendada para supervisionar a implementação dos protocolos sanitários e apoiar a gestão na interface com órgãos fiscalizadores, reforçando a credibilidade e a conformidade da creche canina.

4.1 Laudos Técnicos e Insalubridade

De acordo com a legislação trabalhista brasileira e diversas convenções coletivas, o empresário responsável por creches caninas deve avaliar as condições ambientais de trabalho. Essa avaliação é formalizada por meio do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), documento elaborado por engenheiro de segurança ou médico do trabalho, que identifica os agentes nocivos presentes no ambiente e classifica o grau de insalubridade.

Caso o LTCAT identifique exposição a agentes químicos, biológicos ou físicos em níveis acima dos limites de tolerância estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) do Ministério do Trabalho e Emprego, o empregador deverá pagar o adicional de insalubridade proporcional ao grau de risco (mínimo, médio ou máximo).

4.2 Responsabilidades do Empresário

- Emitir e manter atualizado o LTCAT.
- Implementar medidas de controle para reduzir ou eliminar riscos ocupacionais.
- Fornecer EPIs adequados e treinar os colaboradores em seu uso.
- Pagar adicional de insalubridade quando aplicável, conforme previsto em convenções coletivas e legislação vigente.

4.3 Papel do Responsável Técnico (RT)

A presença do Responsável Técnico (RT) é recomendada não apenas para supervisionar protocolos sanitários, mas também para acompanhar treinamentos de biossegurança e garantir conformidade com normas legais. No contexto específico das diretrizes de higiene e biossegurança, o RT deve:

- Validar os procedimentos de limpeza e desinfecção.
- Supervisionar treinamentos anuais, reciclagem e monitoramento contínuo das equipes.
- Auxiliar na elaboração de relatórios e laudos técnicos e acompanhar sua execução.
- Analisar exames coproparasitológicos e interpretar resultados para orientar medidas de controle.
- Prestar consultas em cães doentes, quando autorizado pelo cliente.
- Acompanhar protocolos de vacinação e vermifugação, garantindo que os reforços sejam aplicados nos prazos corretos.
- Orientar sobre medidas de prevenção de zoonoses e segurança coletiva.
- Elaborar planos de contingência em casos de surtos ou suspeita de doenças transmissíveis.
- Atuar como elo entre a gestão da creche e os órgãos fiscalizadores.

É importante ressaltar que essas funções representam apenas parte das atribuições do RT dentro da creche.

5. Vacinação

Introdução

A vacinação em ambientes coletivos de cães, como creches caninas, é um dos pilares da biossegurança e da medicina veterinária preventiva. A concentração de animais de diferentes origens e estados imunológicos aumenta significativamente o risco de disseminação de agentes infecciosos, tornando essencial a adoção de protocolos vacinais padronizados e a conferência rigorosa da primovacinação completa antes da admissão de qualquer indivíduo.

Esse protocolo deve incluir as vacinas essenciais (múltipla, raiva) e da gripe e, em situações de maior risco, a avaliação da necessidade de imunização contra giárdia como medida adicional de controle.

No entanto, a responsabilidade não se encerra na admissão: é igualmente fundamental garantir a continuidade dos reforços vacinais nos prazos corretos, evitando falhas que comprometam a imunidade coletiva. Para isso, podem ser utilizados sistemas digitais de gestão sanitária, que emitem alertas automáticos, ou métodos manuais de acompanhamento, como lembretes personalizados para os tutores.

Essa abordagem integrada — conferência inicial, reforços regulares e comunicação eficaz com os responsáveis — contribui para reduzir a prevalência de enfermidades transmissíveis, assegurando maior segurança coletiva e bem-estar animal no ambiente da creche.

5.1 Conferência da Carteirinha de Vacinação

Antes da admissão do animal na creche, deve-se realizar a conferência minuciosa da carteirinha de vacinação. Os pontos principais incluem:

- Data de aplicação: verificar se as doses foram aplicadas dentro do calendário recomendado.
- Data de validade da vacina: confirmar se não há vacinas vencidas.

A reaplicação deve ser feita de acordo com os protocolos a seguir:

- Polivalente: Reforço mensal em 3 ou 4 doses para filhotes e reforço anual para adultos
- Antirrábica: Reforço mensal em 2 doses para filhotes e anual para adultos
- Gripe: Reforço mensal em 2 doses para filhotes e anual para adultos
- Etiqueta com lote e fabricante: garante rastreabilidade e autenticidade da vacina.
- Data de revacinação: observar se o reforço está dentro do prazo.
- Carimbo e assinatura do médico-veterinário: validação profissional obrigatória.
- Temperatura e estado de saúde geral do cão: recomendação altamente indicada para detectar falhas imunológicas.

Creches sem atendimento clínico não devem realizar vacinação; a responsabilidade é exclusiva do médico-veterinário.

Carteirinhas incompletas: o animal deve ser encaminhado ao médico-veterinário para atualização do protocolo vacinal antes da admissão.

Vacinas atrasadas: não se deve admitir o cão até que o reforço seja aplicado e o período de resposta imunológica seja respeitado, a ser indicado pelo médico-veterinário responsável pela vacinação do animal.

Vacinar animais enfermos é contraindicado porque o sistema imunológico já está comprometido e pode não gerar resposta adequada. Há risco de agravamento do quadro clínico e principalmente a eficácia da vacina pode ser reduzida, aumentando a chance de falha vacinal.

O que fazer se a carteirinha não estiver nas conformidades deste Guia:

- Carteirinhas incompletas: o animal deve ser encaminhado ao médico-veterinário para atualização do protocolo vacinal antes da admissão. Vacinas atrasadas: não se deve admitir o cão até que o reforço seja aplicado e o período de resposta imunológica seja respeitado.
- Creches sem atendimento clínico: não devem realizar vacinação; a responsabilidade é exclusiva do médico-veterinário.

5.2 Giárdia em ambientes coletivos

As evidências científicas atualmente disponíveis não demonstram eficácia da vacina contra giardíase na prevenção da infecção, na redução da incidência da doença ou na diminuição da eliminação de cistos. Por esse motivo, diretrizes internacionais, como as da WSAVA, não recomendam seu uso. Assim, o controle da giardíase deve ser baseado principalmente no diagnóstico precoce, tratamento dos animais quando indicado pelo médico-veterinário e em rigorosas medidas de higiene, desinfecção ambiental e manejo sanitário, especialmente em ambientes coletivos. A decisão sobre a exigência ou não da vacinação contra giardíase como critério de admissão de cães em estabelecimentos coletivos é de responsabilidade de cada empresa, em conjunto com seu médico-veterinário responsável técnico (RT) ou médico-veterinário assistente, considerando sua realidade epidemiológica, perfil dos animais atendidos, protocolos de biossegurança e avaliação de risco. Assim, respeitando a autonomia técnica do profissional médico-veterinário e a legislação vigente, cada estabelecimento pode definir seus próprios critérios sanitários de admissão, desde que fundamentados em evidências científicas, na medicina veterinária baseada em evidências e nas necessidades específicas de sua operação.

6. Política de Isolamento em Casos Suspeitos

Em ambientes coletivos como creches caninas, a rápida identificação e isolamento de animais com sinais clínicos suspeitos é fundamental para prevenir surtos de doenças infectocontagiosas. A alta densidade populacional favorece a disseminação de agentes patogênicos, tornando indispensável a existência de

protocolos claros de isolamento, comunicação e registro. Além disso, a supervisão do Responsável Técnico (RT) garante que as medidas adotadas estejam em conformidade com normas sanitárias e legais, assegurando a proteção da saúde coletiva e a credibilidade da instituição.

6.1 Espaço exclusivo e individual

O animal suspeito deve ser imediatamente transferido para um espaço exclusivo, separado dos demais cães.

- O local deve ser ventilado, higienizável e equipado com utensílios próprios (comedouro, bebedouro, cama).
- O acesso deve ser restrito apenas a funcionários treinados e utilizando EPIs adequados.
- A higienização do espaço deve seguir protocolos específicos, com desinfetantes regulamentados e tempo de contato mínimo recomendado.

6.2 Comunicação rápida com responsável e registro interno

O tutor do animal deve ser comunicado imediatamente sobre o estado clínico e a necessidade de isolamento. Além disso, é fundamental manter registro interno com data, hora, sinais observados e medidas adotadas em livro de ocorrências oficial. Esse registro deve ser arquivado em pasta de biossegurança, garantindo rastreabilidade e transparência. Em casos de suspeita de doenças de notificação obrigatória, o Responsável Técnico (RT) deve orientar sobre a comunicação aos órgãos competentes.

A pasta de biossegurança deve conter:

- Livro de ocorrências oficial com registros clínicos e medidas adotadas.
- Protocolos sanitários atualizados, incluindo vacinação, vermifugação e controle de ectoparasitas.
- Planos de limpeza e desinfecção ambiental, com descrição dos produtos e frequência de uso.
- Registros de vacinação e reforços vacinais dos animais admitidos.
- Exames laboratoriais e coproparasitológicos realizados nos cães do coletivo.
- Documentos de comunicação com tutores, como informes de saúde, recomendações e alertas.
- Procedimentos de isolamento e manejo de casos suspeitos.
- Orientações oficiais de órgãos de saúde veterinária sobre doenças de notificação obrigatória.

Esse conjunto de informações garante rastreabilidade, transparência e padronização das medidas de biossegurança, permitindo resposta rápida e eficaz em situações de risco sanitário.

6.3 Contato com o Responsável Técnico (RT)

O RT deve ser informado imediatamente sobre qualquer caso suspeito. Compete a este profissional avaliar a gravidade, indicar encaminhamento clínico e validar medidas de isolamento.

O RT deve supervisionar a higienização do espaço e orientar sobre protocolos de biossegurança adicionais.

A presença do RT reforça a conformidade legal e sanitária, além de assegurar decisões técnicas fundamentadas. O profissional deverá utilizar documentos legais e atualizados como o Guia do Responsável Técnico vigente emitido pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.



7.0 Sistemas de gestão

aplicados à higiene e biossegurança em creches caninas

Ter protocolos de biossegurança é indispensável. Garanti-los executados corretamente, todos os dias e por toda a equipe, é outro desafio: confiar apenas em memória, planilhas, WhatsApp ou papéis impressos abre brechas — atrasos vacinais, limpezas não executadas, treinamentos incompletos ou registros que faltam justo quando são necessários.

A diferença entre uma creche confiável e um problema evitável quase nunca está no protocolo — está na execução, todos os dias. E execução consistente não se cobra na base da boa vontade; se organiza com método.

7.1 Do esforço de lembrar ao poder de acompanhar

Um sistema tira do gestor o peso de lembrar tarefas e o coloca no lugar de acompanhar indicadores:

ANTES DEPENDENDO DA MEMÓRIA	AGORA COM UM SISTEMA DE GESTÃO
“Será que a limpeza foi feita hoje?”	→ Confere o registro de execução — com responsável e horário.
Procurar a carteira de vacinação numa pasta.	→ Consulta o histórico digital do cão em segundos.
Reunir a equipe para repetir as orientações.	→ Treinamentos estruturados, com conclusão registrada.
Descobrir a pendência quando o cão já chegou.	→ Alerta antecipado de vacina, exame ou documento.
Depender da experiência de um único colaborador.	→ Processos padronizados que qualquer um executa igual.

É a diferença entre gerir no susto e gerir com controle: você para de perguntar “será que fizeram?” e passa a saber quem fez, quando e como.

7.2 O que um sistema mantém sob controle

Centraliza e torna rastreável o que a diretriz já exige — tudo num só lugar:

- › Vacinas e reforços (carteira com foto e validade).
- › Antiparasitários e vermifugação.
- › POPs e checklists de limpeza e desinfecção.
- › Treinamentos obrigatórios da equipe.
- › Dedetização, inspeções e rotinas sanitárias.
- › Ocorrências, isolamento e planos de ação.
- › Documentos e laudos com validade.
- › Histórico sanitário individual por cão.
- › Registro fotográfico e evidências.
- › Auditoria interna e rastreabilidade.

Quando tudo mora no mesmo lugar, a informação deixa de depender de quem estava de plantão — e o dono deixa de ser o “backup” da própria operação.

7.3 O que a literatura de gestão mostra

Não é promessa de marketing: a ciência da administração é consistente há décadas. Processos padronizados e monitorados reduzem falhas e aumentam a eficiência da gestão — princípio central de referências como ISO 9001, Deming, Drucker e a literatura de Business Process Management. O que já é consenso na indústria e nos hospitais vale para a creche: método vence memória, e processo vence improviso.

Maior padronização - Menos retrabalho - Menos dependência da memória -
Melhor tomada de decisão - Maior capacidade de auditoria

7.4 Checklist: o que procurar em um sistema de gestão

Use como referência ao avaliar qualquer sistema. Um bom sistema deve:

- Centralizar tudo num só lugar (fim de planilhas e papéis soltos).
- Emitir alertas automáticos antes de cada vencimento.
- Registrar quem executou cada tarefa, quando e com que resultado.
- Guardar evidências (fotos, laudos, comprovantes) com data.
- Treinar a equipe e comprovar a conclusão (prova/certificado).
- Padronizar procedimentos (POPs) para todos executarem igual.
- Manter histórico que acompanha o cão entre serviços.
- Gerar indicadores e relatórios prontos para auditoria.
- Sinalizar ou bloquear pendências na admissão.
- Ter suporte e evoluir com atualizações constantes.
- Dar transparência ao tutor sobre o cão.
- Proteger os dados com segurança e backup.
- E, acima de tudo: um sistema que entrega tudo na palma da sua mão.

Independentemente do porte, ferramentas digitais de gestão ajudam a transformar protocolos escritos em rotinas efetivamente executadas. Quando os processos são registrados, monitorados e acompanhados, reduzem-se as falhas, fortalece-se a cultura de biossegurança e cria-se um ambiente mais seguro para animais, colaboradores e tutores.



Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Manual de boas práticas de biossegurança. Brasília: ANVISA, 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Manual de boas práticas de desinfecção de superfícies. Brasília: ANVISA, 2020.
- ÂMBITO JURÍDICO. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT. Âmbito Jurídico, 12 jul. 2025. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- AMERICAN ANIMAL HOSPITAL ASSOCIATION. 2024 AAHA Senior Care Guidelines for Dogs and Cats. Lakewood: AAHA, 2024. Disponível em: <https://www.aaha.org>. Acesso em: 30 dez. 2025.
- AMERICAN ANIMAL HOSPITAL ASSOCIATION. Canine vaccination and emergency care guidelines. Lakewood: AAHA, 2024.
- AMERICAN ANIMAL HOSPITAL ASSOCIATION. Canine vaccination and preventive care guidelines. Lakewood: AAHA, 2024.
- AMERICAN ANIMAL HOSPITAL ASSOCIATION. Canine preventive care and emergency guidelines. Lakewood: AAHA, 2024.
- BOWMAN, Dwight D. Georgis' Parasitology for Veterinarians. 11. ed. St. Louis: Elsevier, 2020.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Manual de procedimentos de biossegurança em estabelecimentos veterinários. Brasília: MAPA, 2019.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT. Brasília: MPS, 2018.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora nº 15 – Atividades e Operações Insalubres. Brasília: MTE, 2019.
- BSAVA. Position statement: parasite control. British Small Animal Veterinary Association, 2025. Disponível em: <https://www.bsava.com/position-statement/parasite-control/>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- CAPC. General Guidelines. 2025. Disponível em: <https://capcvet.org/guidelines/general-guidelines/>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Companion animal zoonoses and prevention strategies. Atlanta: CDC, 2020.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Guidelines for environmental infection control in animal facilities. Atlanta: CDC, 2019.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Guidelines for isolation and infection control in animal facilities. Atlanta: CDC, 2020.
- CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. Parasites – Fleas, Lice, and Ticks. Atlanta: CDC, 2021.

- DAY, Michael J. Vaccination of dogs and cats: a review of current guidelines. *Journal of Small Animal Practice*, v. 61, n. 1, p. 1–15, 2020.
- DROBATZ, Kenneth J.; HOPPER, Kate; ROZANSKI, Elizabeth; SILVERSTEIN, Deborah C. *Textbook of Small Animal Emergency Medicine*. 2. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2024.
- DROBATZ, K.; SMITH, G.; JOHNSON, T. Heatstroke in dogs: clinical management and outcomes. Philadelphia: Veterinary Emergency and Critical Care Society, 2024.
- ESCCAP. General Guidelines. 2025. Disponível em: https://www.esccap.org/uploads/docs/biu0jhej_0778_ESCCAP_GL1__English_2025_v21_1p.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Procedimento a ser adotado com cães de guerra: prevenção da ocorrência de casos de hipertermia por intermação/insolação. Portaria nº 018-COLOG, de 14 de dezembro de 2010; Portaria nº 8-COTER, de 22 de novembro de 2013. Brasília: EB, 2013.
- GOMES, M. S.; MILLER, A. J. Hyperthermia and Heatstroke in the Canine Patient. *Journal of Veterinary Emergency and Critical Care*, v. 34, n. 2, p. 145-158, 2024.
- GOMES, R.; MILLER, J. Protocolos clínicos de emergência em cães: hipertermia e manejo intensivo. São Paulo: MedVet Press, 2024.
- GONZÁLEZ, F. H. D.; SILVA, S. C. Introdução à bioquímica clínica veterinária. Porto Alegre: UFRGS, 2022. ISBN 978-65-00-43160-5. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/237269>. Acesso em: 4 mar. 2026.
- GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Manual de biossegurança do Laboratório Central de Saúde Pública. Vitória: LACEN/ES, 2017.
- HEMMELGARN, C.; GANNON, J. Heatstroke in dogs: pathophysiology and treatment. *Compendium: Continuing Education for Veterinarians*, v. 35, n. 7, p. E4–E12, 2013.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Manual de biossegurança laboratorial. 4. ed. Brasília: OPAS, 2021. ISBN 978-92-75-72416-3.
- PRECISAVET. Tabela de vacinas para cachorros: guia completo e atualizado. São Paulo: PrecisaVET, 2025.
- REIS, Joana; et al. Protocolos clínicos: diagnóstico e intervenção em clínica de animais de companhia. Departamento de Medicina Veterinária, Escola de Ciências e Tecnologia, 2014/2015. Disponível em: <https://repositorio.utad.pt/>. Acesso em: 4 mar. 2026.
- REVELARD, P. Pathophysiology and treatment of heatstroke in dogs. *Veterinary Medicine: Research and Reports*, v. 15, p. 45-60, 2025.
- REVELARD, P. Hipertermia canina: prevenção e protocolos de internação. Lisboa: VetScience Publications, 2025.
- SAÚDE LEGAL. LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho. Saúde Legal, 2025. Disponível em: <https://saudelegal.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2026.

- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA (SBMV). Diretrizes nacionais de biossegurança e manejo em cães. Brasília: SBMV, 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA (SBMV). Diretrizes nacionais para o manejo de doenças gastrointestinais em cães. Brasília: SBMV, 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA (SBMV). Diretrizes nacionais para o manejo de doenças respiratórias em cães. Brasília: SBMV, 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA (SBMV). Diretrizes nacionais para o manejo de hipertermia em cães. Brasília: SBMV, 2025.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA VETERINÁRIA (SBMV). Manual de Boas Práticas em Centros de Recreação Canina: Enfrentamento de Ondas de Calor. Brasília: SBMV, 2025.
- TAYLOR, Michael A.; COOP, Ronald L.; WALL, Richard L. Veterinary Parasitology. 4. ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2016.
- TEICHMANN, S.; et al. Heat stress and hyperthermia in dogs: clinical aspects and management. Tierärztliche Praxis Kleintiere, v. 42, n. 5, p. 301–310, 2014.
- UFPR. Manejo de doenças em abrigo – Ancylostoma spp. Curitiba: UFPR, 2020. Disponível em: <https://agrarias.ufpr.br/mvc/wp-content/uploads/sites/32/2020/06/Manejo-de-Doen%C3%A7as-Abrigo-Ancylostoma-spp..pdf>. Acesso em: 3 mar. 2026.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Manual de biossegurança. Piracicaba: CENA/USP

